

ATA DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2016

1 Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho de 2016, das 14h00 às 18h00, reuniu-se ordinariamente o Comitê da Bacia Hidrográfica
2 do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas), no auditório do SISEMA, localizado na Rua Espírito Santo, nº 495, 4º andar, Centro, Belo
3 Horizonte/MG. **Participaram os seguintes conselheiros titulares:** Inês Tourino Teixeira - SEE; Ênio Resende de Souza – EMATER; Weber
4 Coutinho - PBH; Marcos Joaquim Matoso – Prefeitura Municipal de Sete Lagoas; Nelson Cunha Guimarães – COPASA; Renato Júnio
5 Constâncio – CEMIG; Carlos Alberto Santos Oliveira – FAEMG; Valter Cunha Vilela – ABES/MG; Cecília Rute de Andrade Silva –
6 CONVIVERDE; Marcus Vinícius Polignano – Instituto Guaicuy; José de Castro Procópio – ADAO; Tarcísio de Paula Cardoso –
7 ACOMCHAMA, Ademir Martins Bento - Macaca; **Participaram os seguintes conselheiros suplentes:** José Ricardo Ramos p/ Mayara C. -
8 SEAPA; Sandra Pereira da Silva – IEPHA; Renato Coutinho Siqueira – IMA, Paulo Cesar dos Reis – Secretaria de Estado da Saúde, Werley
9 Gonçalves dos Santos Júnior – Prefeitura Municipal de Rio Acima; Alfredo Ferreira da Costa Filho – Prefeitura Municipal de Santana do
10 Riacho; Maria Mércia Rodrigues – Prefeitura Municipal de Baldim, Odorico Pereira de Araújo – Holcim; Luiz Cláudio de Castro
11 Figueiredo – Vale S.A; Celso Scalabrini Costa – Anglogold Ashanti, José Maria dos Santos – SINDAGUA, Eduardo Nascimento –
12 FETAEMG; **Justificaram ausência os seguintes conselheiros:** Augusto Duarte de Castro, Guilherme Augusto Duarte de Faria – SEDE,
13 Nadja Murta Apolinário – Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Rodrigo Hott Pimenta – Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves,
14 Elton Dias Barcelos – Prefeitura Municipal de Funilândia; Francisco Assis de Oliveira – Prometa; Gesner Ferreira Belisário Junior –
15 AMPASC; **Participaram também:** Tiago Gontijo – Condomínio Vale dos Pinhais, Karine Superbi – Coca Cola FEMSA, Julia Resende –
16 Coca Cola FEMSA, Cláudio Raposo – Condomínio Vale dos Pinhais; Néelson Murta – SEAPA, José Carlos da Silva – A.C.I Sete Lagoas,
17 Marcus Cristelli – Araçá, Márcio Lima – Subcomitê Ribeirão Onça, Gabriel Avelar – Prefeitura Municipal de Matozinhos, Soraia
18 Pinheiro – Copasa, Leonardo Vieira – SEMAD, Carlos José A. – Subcomitê Arrudas, Natália F. M. Lara; Pedro Vilaça; Ohana Padilha;
19 Luiza Baggio, Rodrigo de Angelis – Tanto Expresso; Célia Fróes, Patrícia Sena, Ana Cristina da Silveira, Amanda de Amorim Alves – AGB
20 Peixe Vivo; Dimas Correa, Élio Domingos Neto, Derza Nogueira, Izabella Resende, Politácito Santos, Carolina de Castro, Jeam Alcântara,
21 Túlio Mol - Equipe de mobilização Fundep. Após a recepção, credenciamento e verificação de quórum, o Presidente do CBH Rio das
22 Velhas, Sr. Marcus Vinícius Polignano realiza a abertura da reunião, agradece a presença de todos e apresenta a pauta: **Informes:**
23 **Campanha “Água como Direito Humano”:** Seminário, Agenda de Atividades; **contratação de Projetos Hidroambientais;** **Alterações**
24 **na composição do Comitê;** **Criação do Grupo de Controle de Turbidez – Diretoria e SCBH Rio Itabirito;** **Informes da Assessoria de**
25 **Comunicação do Comitê;** **Mapa Interativo da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas;** **Aprovação da ata da 89ª reunião realizada em**
26 **26/04/2016;** **Apresentação da Moção CBH Rio das Velhas: utilização do Plano Diretor de Recursos Hídricos como instrumento de**
27 **análise dos processos de licenciamento e outorga;** **Momento dos Subcomitês: Subcomitê Ribeirão Arrudas e Subcomitê Ribeirão**
28 **Onça;** **Planos Municipais de Saneamento Básico – discussões e encaminhamentos da CTPC: Matheus Valle;** **Cadastro Ambiental**
29 **Rural: Situação atual do CAR em especial na bacia do Rio das Velhas; o CAR como Instrumento de Gestão Ambiental – Perspectivas;**
30 **Assuntos Gerais; Encaminhamentos. Informe: Campanha “Água como Direito Humano”:** **Seminário, Agenda de Atividades;**
31 Polignano informa que o CBH Rio das Velhas decidiu que em todos os anos haverá a escolha de um tema a ser discutido pela bacia
32 como um todo, sendo que no ano de 2016, a escolha foi pela campanha “Água como Direito Humano”, entendendo a importância de
33 contrapor a visão puramente utilitarista do recurso hídrico, pois a água possui importância para o abastecimento das populações,
34 sendo um recurso fundamental para a vida e que seu acesso seja garantido a todos em boa qualidade e quantidade. Informa que a
35 campanha é uma defesa da água como um bem social a ser compartilhada e que não é somente um bem econômico. Informa que a
36 cada vez mais o conflito da água vem se intensificando e que o conflito já está instalado em alguns trechos da bacia, portanto, a
37 discussão é fundamental para a realização desse contraponto. Polignano solicita à Equipe de Mobilização que apresente o cronograma
38 das atividades já programadas dentro da Campanha Água como Direito Humano. Izabella Resende apresenta as atividades
39 programadas, que inclui o Seminário “Água como direito Humano”, já realizado, Seminário Saneamento Básico, Semana do Rio das
40 Velhas, Expedição Hídrica da Serra do Cabral, Seminário Alto Rio das Velhas “Segurança Hídrica”, curso de formação dos Conselheiros
41 e Gestores Municipais: licenciamento, água e sociedade e Seminário sobre Gestão de oferta de água: manejo de recursos hídricos em
42 área rural”. **Informe: contratação de Projetos Hidroambientais:** Patrícia Sena – AGB Peixe Vivo apresenta de forma objetiva o status
43 dos Projetos Hidroambientais do CBH Rio das Velhas. Informa que atualmente há três projetos contratados que estão em fase de
44 execução: o Projeto de Biomonitoramento, que se encontra na metade da execução, o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal
45 das Andorinhas, empresa contratada Myr e a parte II do Projeto de Valorização de Nascentes Urbanas, que foi fragmentado entre as
46 duas bacias, o arrudas e o onça, sendo que para a bacia do Arrudas, a empresa NEOGEO foi a vencedora e está trabalhando, o plano
47 de trabalho já foi aprovado, são sete nascentes no total, já há duas nascentes bem avançadas e esse projeto se encerra em fevereiro
48 de 2017. Em relação aos projetos hidroambientais, diz que foram fragmentados em três lotes. Informa que foi finalizado o Termo de
49 Referência que vai dar origem ao SIG (Sistema de Informações Geográficas) do Rio das Velhas - SIGA VELHAS. Polignano relata que tem
50 sido feito um grande esforço para conseguir aplicar o montante que o comitê recebe da cobrança, mas informa das dificuldades
51 referentes às questões legais e institucionais que impedem, por vezes, de termos uma maior agilidade nesse caso. Informa que junto à
52 AGB Peixe Vivo vem discutindo formas para tentar dar agilidade ao processo, mas explica que há cerca de 12 projetos que serão
53 sequenciados e no qual precisaremos do TDR de cada um, devido a isso tivemos que licitar empresas para elaborar a TDR e a
54 competição das empresas pelas licitações está ferrenha. Aproveita o momento para dar boas vindas ao Sr. Geraldo Vitor de Abreu –
55 IGAM, que substituirá o Sr. Breno Esteves Lasmar, na Diretoria de Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
56 Explica que o CBH Rio das Velhas tenta avançar na discussão sobre o gerenciamento de recursos hídricos, mas a parceria com o órgão
57 gestor é fundamental e expõe ser necessário buscar caminhos, diz que o comitê está com uma discussão exatamente sobre a
58 regulamentação do Contrato de Gestão, o que é fundamental para dar agilidade no processo. Informa que a partir do momento que
59 saírem os TDR, será licitado o conjunto dos 17 projetos hidroambientais mais os Planos de Saneamento. Valter Vilela – ABES, aproveita
60 a presença do novo Diretor do IGAM para falar sobre um Grupo de Trabalho criado em 2014 pela SEMAD, formado pelo IGAM,
61 Comitês de Bacias Hidrográficas e Agências de Bacia, para rever o processo de contratação de estudos e projetos. Explica que o
62 trabalho foi concluído em 2015, propondo uma reformulação na Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.044, no entanto até hoje não
63 temos notícia do IGAM a respeito desse processo e que há necessidade de verificar se existe uma proposta formalizada, pois a
64 metodologia para contratação que é utilizada atualmente é estranha, pois é necessário realizar uma cotação de preço no mercado e
65 haver, no mínimo, três propostas para verificar o preço que será licitado. Desta forma, as empresas já conhecedoras do processo,

ATA DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2016

66 apresentam um preço superestimado. Informa que cada Agência de Bacia tem condição de estimar o custo dos projetos e acredita que
67 pegar três orçamentos de empresas não funciona. Espera-se que o IGAM leve pra frente essa discussão. Procópio de Castro – ADAO
68 aponta que além das dificuldades burocráticas enfrentadas no processo de contratação, é importante dizer também que o CBH Rio das
69 Velhas está realizando um trabalho diferenciado e participativo, pois conta com a inserção dos Subcomitês e com a distribuição dos
70 projetos na bacia. Explica que é um processo de construção e que houve preocupação do CBH Rio das Velhas para que efetivamente o
71 recurso da cobrança fosse aplicado para a gestão ambiental de toda a bacia. Informa que o CBH Rio das Velhas tem tido um cuidado
72 muito grande com o processo e acredita que agora estamos caminhando e aprendendo. Odorico Araújo - Holcim aponta que há a
73 compreensão que o processo é demorado, mas temos detectado que a AGB Peixe Vivo está cumprindo os prazos, e que considera que
74 falta mais proatividade ao CBH Rio das Velhas para definição das ações visando à aplicação desses recursos, diz que essa foi uma
75 conclusão que os conselheiros chegaram durante a última reunião da CTPC. Inês Tourino - SEE informa que em reunião do GACG - CBH
76 Rio das Velhas com a CTPC, houve a discussão sobre o processo de contratação dos projetos e os Conselheiros ficaram preocupados
77 com a situação em função do saldo financeiro na conta da AGB Peixe Vivo e com os prazos de execução dos projetos e concorda que o
78 CBH Rio das Velhas precisa ser mais proativo. O Sr. Ênio Resende – Emater, pergunta se há encaminhamentos registrados e Inês
79 explica que existe registro na ata da reunião. Odorico informa que os encaminhamentos gerados nas reuniões da CTPC eram
80 registrados somente em atas e que a partir de agora, os encaminhamentos gerados serão registrados separadamente. Nelson
81 Guimarães – Copasa, diz que se baseando nos relatos dos conselheiros em relação ao preço e proatividade do CBH Rio das Velhas tem
82 uma preocupação, pois normalmente todo projeto tem data de validade e na medida em que estamos realizando estudos, projetos e
83 diagnósticos, no momento em que fizermos o planejamento para aplicação, poderemos ter uma carteira de projetos defasada, sendo
84 necessário existir ações contratadas e efetivas no processo. Cecília Andrade - CONVIVERDE, explica que a reunião do GACG e CTPC foi
85 importante e que a partir de então as reuniões ocorrerão nesse formato, pois há a necessidade de que tenha participação do
86 Presidente do CBH Rio das Velhas para promover discussões e decisões sobre os projetos, como por exemplo, a campanha de
87 divulgação do CBH Rio das Velhas, pois há recurso destinado para essa ação e até o momento não foi executado, assim como outras
88 ações, no qual ainda não houve utilização do recurso. Comenta sobre os 38 projetos que foram apresentados via demandas
89 espontâneas, dos quais 17 estão sendo encaminhados, restando 21 projetos a serem encaminhados. Informa que o GACG tem
90 interesse em se reunir com a CTPC para que ainda em 2016, seja resolvida a contratação dos 21 projetos. Solicita como
91 encaminhamento, que os Subcomitês já iniciem nesse ano o desenvolvimento de seus projetos para que o processo de contratação
92 seja realizado com mais agilidade. Polignano sinaliza que a situação gera angústia, mas insiste sobre a necessidade de que os
93 Instrumentos de Gestão sejam revistos e expõe que a questão discutida sobre os projetos não é tão simples quanto parece. Explica
94 que nesse ano não há possibilidade de que sejam encaminhados além dos 17 projetos, pois se criarmos expectativas para esse ano,
95 acredita que podemos criar problemas e sinaliza que em 2017, seja encaminhada a nova leva de projetos. Cecília explica que percebe
96 que há demora na elaboração dos projetos pelos Subcomitês e reforça a necessidade de que o processo já seja iniciado. Odorico
97 comenta que na reunião da CTPC foi discutida a necessidade de que ocorra mudança no formato da elaboração dos Projetos e
98 Polignano sinaliza que essa é uma discussão que a Câmara Técnica pode levar ao CBH Rio das Velhas como contribuição. Como
99 encaminhamento, solicita que a questão seja discutida com o IGAM e comenta sobre a necessidade de darmos celeridade ao processo.
100 Informa que está sendo aberto o processo de licitação do SIG, portanto há várias ações que estão sendo encaminhadas. Informa que
101 em relação à publicidade do CBH Rio das Velhas, foi encaminhado um ofício para que em cima da Campanha Água como Direito
102 Humano, o CBH Rio das Velhas possa divulgar tanto o conteúdo da campanha quanto a divulgação do próprio Comitê. **Alterações na**
103 **composição do Comitê:** Polignano comenta que serão informadas em Plenária as alterações na composição do CBH Rio das Velhas.
104 Renato Constâncio – CEMIG informa as alterações ocorridas: no Instituto Estadual de Florestas – IEF, o Sr. Antônio Humberto Soares
105 de Paula Mota substituiu a Sra. Flávia Araújo Gonçalves, na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE, a conselheira
106 Lorena Cristina da Silva Ribeiro foi substituída pelo Sr. Guilherme Augusto Duarte de Faria. No Instituto Mineiro de Agropecuária –
107 IMA, o Sr. Renato Coutinho Siqueira substituiu o Sr. Francisco Xavier Maia. Na Prefeitura Municipal de Santana do Riacho, o Sr. Diego
108 Cirino Teixeira foi substituído pelo Sr. Alfredo Ferreira Costa Filho, na Associação dos Municípios do Circuito Turístico Parque Nacional
109 Serra do Cipó - AMPASC, a conselheira Lívia de Paiva Pacheco foi substituída pelo Sr. Gesner Ferreira Belisário Junior, no Projeto
110 Metamorfose – Prometa, a Conselheira Fernanda Figueiredo Machado de Alvarenga foi substituída pelo Sr. Francisco de Assis Oliveira
111 e por fim informa que no IGAM, o Sr. Breno Esteves Lasmar foi substituído pelo Sr. Geraldo Vitor de Abreu. **Criação do Grupo de**
112 **Controle de Turbidez – Diretoria e SCBH Rio Itabirito:** Polignano explica que se trata de uma questão que foi trazida por iniciativa do
113 CBH Rio das Velhas junto ao Subcomitê Rio Itabirito. Explica que foi formado o Grupo de Controle de Vazão do Rio das Velhas, o qual
114 considera um avanço para a discussão da questão do controle, especialmente em época de escassez hídrica. Explica que a turbidez
115 compromete a qualidade da água do Rio Itabirito e do rio das Velhas. Explica que o subcomitê Rio Itabirito reclamava que a cor do Rio
116 Itabirito mudava de tonalidade diariamente, inclusive no período de estiagem. Informa que foi articulada uma reunião entre o CBH Rio
117 das Velhas, Gerdau, Vale, SAAE Itabirito, Subcomitê Rio Itabirito, Prefeitura Municipal de Itabirito e a Copasa. Explica que a reunião foi
118 muito produtiva e que nela foi criado o Grupo de Controle de Turbidez. Explica que o CBH Rio das Velhas junto com outros órgãos e
119 Entidades estará monitorando a qualidade da água do rio e caso ocorra qualquer alteração excepcional da turbidez, essa será apurada.
120 Explica que qualquer alteração na turbidez o Grupo estará alerta e para isso serão utilizadas várias fontes de informações, como dados
121 de monitoramento do SAAE Itabirito, de Bela Fama e coletados em campo. O Sr. Jeam Alcântara – Equipe de Mobilização, realiza a
122 leitura da memória de reunião do Grupo de Controle de Turbidez onde constam as Diretrizes de funcionamento do Grupo: implantar
123 um sistema de alerta para controle de turbidez do Rio Itabirito/Bela Fama; em caso de lançamento acidental oriundo da mineração,
124 que tal fato seja comunicado ao CBH Rio das Velhas e à Secretaria de Meio Ambiente de Itabirito; realização de visitas técnicas nos
125 pontos de monitoramento de qualidade da água existentes; encaminhamento de ofício para as empresas Vale e Gerdau solicitando o
126 banco de dados de monitoramento de turbidez. Polignano informa que foi realizada uma visita técnica nos pontos de monitoramento
127 existentes. Jeam apresenta os pontos visitados, que inclui o Ribeirão Sardinha e o Ribeirão Mata Porcos, formadores do rio Itabirito e
128 que em nenhum desses pontos foi identificada situação de turbidez. Além desses, foi realizada visita no Córrego Silva, afluente do Rio
129 Itabirito. Explica que na parte da tarde, foi identificado um lançamento de efluentes diretamente no Rio Itabirito pela Empresa de
130 Siderurgia VDL - Itabirito, de tonalidade preta e apresenta a amostra da água coletada. Polignano informa que solicitou que fosse

ATA DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2016

131 encaminhada essa denúncia para a Secretaria de Meio Ambiente de Itabirito e que irá encaminhá-la também para a FEAM. Em relação
132 ao monitoramento da qualidade da água, explica que é importante a participação da população, CBH Rio das Velhas e
133 empreendimentos. Informa que recebeu informações de integrantes do Subcomitê Rio Itabirito de que no momento a tonalidade da
134 água não tem se alterado tanto e isso é um bom sinal e irá verificar os dados do monitoramento em Bela Fama e dará maiores
135 informações. **Informes da Assessoria de Comunicação do Comitê:** Sra. Natália Fernandes - Comunicação CBH Rio das Velhas apresenta
136 os resultados das ações do Projeto de comunicação do CBH Rio das Velhas, que abrange o portal do CBH Rio das Velhas, produção de
137 materiais gráficos, planejamento de eventos, construção de mailing, relação com a imprensa, produção de conteúdo, fotografias,
138 cobertura de reuniões e eventos e acompanhamento mensal de toda a mídia no Estado. Informa que há atualização constante do
139 portal do CBH Rio das Velhas, com inserção de notícias e com utilização de muitas fotos. Informa que os acessos ao portal crescem
140 constantemente, com uma média de 120 acessos por dia, sendo que as páginas mais acessadas são a da Bacia Hidrográfica do Rio das
141 Velhas, mapas e estudos, notícias e eventos. Comenta sobre a produção de 23 cartilhas para divulgação do PDRH, folders temáticos e
142 banners por UTE. Em relação ao informativo trimestral, diz que no momento estão trabalhando com a oitava edição. Em relação à
143 revista CBH Rio das Velhas, está sendo trabalhada no momento a 4ª edição. Informa sobre as ações na Campanha “Água como Direito
144 Humano” e na Semana do Rio das Velhas, abrangendo o VI Encontro de Subcomitês, que ocorreu em Curvelo e Morro da Garça.
145 Comenta sobre a existência de mailing de contatos de veículos de imprensa e órgãos públicos e instituições ligadas à água e sobre o
146 estreitamento de vínculo com a mídia e fortalecimento da marca do Comitê. Relata também sobre os resultados referentes às redes
147 sociais com inserção de postagens na Fanpage e que o Comitê tem conseguido se manter como fonte dos principais veículos de
148 comunicação do Estado. **Informe das Câmaras Técnicas:** CTPC - O Sr. Odorico informa que ocorreu no último dia 22 de junho a reunião
149 da Câmara, no qual foram gerados alguns encaminhamentos como: necessidade de proatividade do CBH Rio das Velhas na definição
150 dos projetos; a proposta de uma reunião entre a Diretora Geral do IGAM, Sra. Maria de Fátima Chagas e o Presidente do CBH Rio das
151 Velhas para discussão sobre o contrato de trabalho da Equipe de Mobilização que está terminando em agosto/2016. Cecília Andrade
152 explica que essa reunião também será para discutir sobre as prestações de contas apresentadas pela AGB Peixe Vivo e ainda não
153 analisadas pela DCC/SEMAD e aproveita para solicitar ao Sr. Geraldo Vitor de Abreu – IGAM que essa situação seja solucionada. Em
154 relação à Equipe de Mobilização, Cecília explica ao Sr. Geraldo a importância dessa equipe para o Comitê e sinaliza que sem a
155 participação da Equipe de Mobilização, o CBH Rio das Velhas ficará comprometido. Informa que a reunião terá a sua participação, do
156 Sr. Polignano, Sr. Procópio e Sr. Valter Vilela e solicita que seja agendada o mais rápido possível. O Sr. Odorico informa que na reunião
157 da CTPC também houve como encaminhamento a necessidade de divulgação dos projetos executados na bacia e sinaliza a importância
158 de sermos mais dinâmicos para essa divulgação. CTECOM: O Sr. José Procópio de Castro - ADAO informa que em reunião na CTECOM,
159 foram discutidas as demandas que foram debatidas na reunião da CTPC e sinaliza que uma das questões que tem preocupado a
160 Câmara, é referente ao contrato da Equipe de Mobilização do CBH Rio das Velhas. Sinaliza que a CTECOM se posiciona radicalmente
161 contra a ruptura do contrato da Equipe de Mobilização. Explica que existe uma discussão muito forte, que já foi realizada inclusive no
162 último Encontro de Subcomitês sobre a autonomia e independência dos Subcomitês, mas a realidade é muito complexa, pois a maior
163 parte das pessoas que participam, são voluntárias e mesmo com a participação do Poder Público, este possui pouca infraestrutura.
164 Aponta que as funções da Equipe de Mobilização não podem ser confundidas com as funções da Agência de bacia, pois é um trabalho
165 específico demandado pelo CBH Rio das Velhas de reproduzir a gestão partilhada nas UTE da bacia a partir dos subcomitês, que antes
166 de serem órgãos do Estado são órgãos de mobilização e de inserção social. Explica que a Equipe de mobilização tem sido uma ponte
167 entre o Comitê, as Câmaras Técnicas e os Subcomitês. Procópio informa que outra questão discutida pela Câmara diz respeito à
168 campanha do CBH Rio das Velhas. Explica que existe rubrica específica para a ação, portanto, é necessário que o assunto seja colocado
169 em pauta e que cumpra funções primordiais que envolvem a divulgação do CBH Rio das Velhas e suas ações e que dessas ações, sejam
170 divulgados o Plano Diretor, os projetos hidroambientais e de Saneamento Básico, a existência das UTE e o conceito de ações
171 educativas para a água e meio ambiente. Sinaliza sobre a necessidade de que para essas ações, os materiais sejam produzidos de
172 formas diferenciadas, saindo do termo complexo e técnico para que seja utilizada uma linguagem mais lúdica. Explica que é preciso
173 extrapolar a divulgação, pois é importante atingir a bacia como um todo de forma educativa para as escolas e para o público geral e
174 não somente para o público técnico especialista. Informa que será construído em parceria com a CTECOM, o Termo de Referência para
175 essa contratação. Polignano reforça que a estrutura criada dos Subcomitês é essencial para o funcionamento do CBH Rio das Velhas e
176 que no I Simpósio da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, promovido pelo CBHSF em junho desse ano, houve participação de três
177 representantes do CBH Rio das Velhas. Informa que uma das questões apresentadas foi sobre a estrutura dos subcomitês e que houve
178 um grande interesse de outras bacias pelo trabalho que está sendo executado na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Explica que o
179 trabalho dos subcomitês é essencial, pois se trata de um trabalho de mobilização e estruturação social e sem esse trabalho, não é
180 possível fazer gestão, pois se trata também de gestão com pessoas e não somente com os órgãos públicos. Solicita, levando-se em
181 conta a manifestação da CTECOM, CTPC e da Diretoria do CBH Rio das Velhas, que haja avanço nesse diálogo em relação à Equipe de
182 Mobilização, para que não ocorra a desestruturação de todo um trabalho que vem sendo construído e que é exemplo para o Estado. O
183 Sr. Eduardo Nascimento – Fetaemg sinaliza a necessidade de que a reunião proposta seja marcada efetivamente e que uma decisão
184 seja tomada o quanto antes sobre a situação da Equipe de Mobilização. CTOC: O Sr. Tarcísio de Paula – CTOC, informa que no dia 21 de
185 junho a Câmara se reuniu para fornecer esclarecimentos, pois o Condomínio Vale dos Pinhais enviou um ofício questionando o
186 posicionamento do CBH Rio das Velhas relativo ao processo de outorga nº 00923/2011 – captação em barramento em curso de água,
187 regularização de vazão – Barragem Maravilhas III – Requerente Minerações Brasileiras Reunidas – MBR S.A. O condomínio solicita que
188 a CTOC reavalie a outorga, pois apontou alterações no processo. Tarcísio informa que providências já estão sendo tomadas pela
189 Câmara, pois será encaminhado à SUPRAM, um ofício solicitando que seja novamente remetido ao CBH Rio das Velhas e
190 conseqüentemente à CTOC para que o processo seja novamente verificado. Ficou acordado entre o empreendimento e o Condomínio
191 que todas as providências serão tomadas. Polignano informa que de acordo com as informações recebidas pela CTOC, o CBH Rio das
192 Velhas encaminhará na próxima segunda-feira um ofício à URC para solicitar esclarecimentos por parte da SUPRAM e para que ela
193 encaminhe novamente o processo de outorga ao CBH Rio das Velhas e à CTOC para que seja verificado se a outorga concedida
194 corresponde aos parâmetros que estavam no processo inicial ou se houve alteração. Informa que o CBH Rio das Velhas ainda não está
195 partindo para uma Deliberação, pois faltam informações, portanto a CTOC está solicitando da URC um posicionamento sobre as

ATA DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2016

196 questões levantadas pelo Condomínio, para que posteriormente a Câmara se reúna e apresente a discussão para o Plenário. **Mapa**
197 **Interativo da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas:** não ocorreu. **Aprovação da ata da 89ª reunião realizada em 26/04/2016:** O Sr.
198 Tarcísio de Paula – ACOMCHAMA sugere que as atas elaboradas sejam utilizadas como material de pesquisa e para a produção de
199 livro. Renato Constâncio – CEMIG sugere que na convocação da reunião, seja fornecido um prazo para que as propostas de alterações
200 na ata sejam enviadas pelos conselheiros e que estas sejam destacadas e apresentadas na Plenária. Cecília parabeniza pela escrita da
201 ata. Polignano reforça que o CBH Rio das Velhas é um órgão de Estado e que a ata é um documento no qual ficam registrados os
202 posicionamentos do Comitê e as falas de todos e considera que houve um avanço em seu detalhamento. A ata foi aprovada com
203 pequena alteração e com abstenção do Sr. Geraldo Vitor de Abreu – IGAM. **Apresentação da Moção CBH Rio das Velhas: utilização do**
204 **Plano Diretor de Recursos Hídricos como instrumento de análise dos processos de licenciamento e outorga:** Polignano explica que
205 preside a CTIL e que levou para a Câmara uma discussão importante, pois foi gasto recurso financeiro na elaboração do PDRH, que é
206 um instrumento de gestão hídrica e também ambiental, portanto o Plano não pode ficar na gaveta, pois é necessário que ele seja um
207 instrumento utilizado na interlocução do licenciamento ambiental e a intenção é que ele seja considerado. Explica que a ideia inicial
208 era fazer uma deliberação, mas na reunião da CTIL houve uma discussão de que no formato de deliberação, de alguma forma
209 interferia no processo de licenciamento, embora Polignano afirme que não tenha desistido de transforma-lo em Deliberação, foi
210 possível transforma-lo em uma Moção. Explica que houve alteração da Lei ambiental do Estado (Lei Estadual nº 21.972, de
211 21/01/2016) e que na sequência o Governo publicou o Decreto nº 46.953 de 23/02/16 no qual detalha a questão do licenciamento
212 ambiental. Explica que os licenciamentos 1 e 2 entraram no âmbito do município, o 3 e 4 ficaram no âmbito praticamente de
213 Deliberação da SUPRAM e o 5 e 6 para os plenários, portanto entende-se que houve uma diversificação de atores desses processos, e
214 se caso o plano de recursos hídricos não for internalizado por esses atores, acredita que será um problema sério. Explica que a grande
215 preocupação é que definitivamente o PDRH seja consultado e a intenção do CBH Rio das Velhas é que para qualquer licenciamento,
216 haja uma declaração de que o PDRH foi efetivamente consultado. Diante disso, foi elaborada a Moção que foi levada à reunião do
217 Conselho Estadual de Recursos Hídricos por meio do Sr. Ênio Resende – Emater e do Sr. Carlos Alberto – FAEMG. Polignano informa
218 que se trata de um documento para deliberar nessa Plenária, é fundamental que o documento passe a ser uma Deliberação, pois é
219 necessário que o PDRH seja ligado aos processos de licenciamento ambiental. Em seguida, Polignano realiza a leitura da Moção. Após a
220 leitura, sinaliza que o CBH Rio das Velhas está provocando uma discussão com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, para que o
221 Conselho defina de forma clara, como o PDRH será considerado nos processos de licenciamento. Em seguida solicita ao Ênio e ao
222 Carlos Alberto informações sobre a apresentação da Moção no Conselho. O Sr. Ênio Resende – Emater informa que esteve com Carlos
223 Alberto na reunião do CERH, que foi presidida pelo Secretário Adjunto, Sr. Germano Amorim e que contou com a participação da
224 Diretora Geral do IGAM, Sra. Maria de Fátima Chagas. Explica que a Moção originou-se de uma proposição da Diretoria do CBH Rio das
225 Velhas e posteriormente na reunião da CTIL foi produzida a minuta da Moção que contou com o apoio da AGB Peixe Vivo em sua
226 elaboração e espera-se que o documento seja aprovado no Plenário. Explica que o intuito é que a Moção seja encaminhada para os
227 Secretários de Meio Ambiente, para a Diretora Geral do IGAM, FEAM, Prefeituras, Governo do Estado e para o próprio CERH. Explica
228 que o que ocorre é uma grande oportunidade, uma vez que já existe uma nova Lei Ambiental no Estado e um Decreto que foi
229 regulamentado, mas que envolve mais a questão do COPAM, na estrutura da Secretaria. Aponta que muitas questões do próprio
230 licenciamento ambiental ainda estão para ser regulamentadas, portanto estamos diante de uma oportunidade de aproximação efetiva
231 e real da agenda ambiental com a agenda de recursos hídricos, pois no Estado, há uma dissociação do licenciamento ambiental com os
232 recursos hídricos. Explica que Carlos Alberto apresentou uma cópia da Moção ao CERH e que houve boa acolhida por parte do
233 Conselho e considera que o CBH Rio das Velhas está sendo pioneiro na ação, pois se trata de inovação na política ambiental do Estado.
234 Sr. Carlos Alberto explica que com a Moção houve destaque para a necessidade de ajustar a Política de Meio Ambiente com a Política
235 dos Recursos Hídricos, mas sinaliza à Diretoria do CBH Rio das Velhas que acredita que será complicado fazer essa introdução na
236 Secretaria de Meio Ambiente, pois com a mudança da Legislação Ambiental no início de 2016, há informações que já foram produzidos
237 mais de 12 decretos de regulamentação das ações e dos procedimentos de licença ambiental. Questiona como conseguiremos realizar
238 a modificação junto a Secretaria de Meio Ambiente e acredita não ser uma ação simples. Informa que fizeram a apresentação da
239 Moção ao CERH e recomenda que sejam agendadas reuniões com Secretários Adjuntos, Subsecretários, Secretários de Meio Ambiente
240 e até mesmo com o Governador. Informa que em reunião com o Sr. Germano Amorim, Secretário adjunto, ele colocou que um dos
241 grandes problemas detectados, principalmente na SUPRAM Central, se refere à questão de normas. Informa que considera as normas
242 internas para a realização do licenciamento bastante confusas e precisam ser revistas. A Sra. Inês Tourinho – SEE sinaliza que concorda
243 com o Carlos Alberto sobre questão da real efetividade, devido à quantidade de decretos e das modificações que estão sendo feitas no
244 âmbito do SISEMA, mas acredita que o licenciamento ambiental e a outorga terão que caminhar juntas. Informa que sugeriu na
245 reunião do CERH que oficinas sejam oferecidas pelo órgão de recursos hídricos à equipe da SUPRAM, com o objetivo de repassar
246 conhecimento sobre os Planos de Bacia. O Sr. Geraldo Vitor - IGAM considera fundamental que os Planos de Recursos Hídricos passem
247 a orientar de fato os Licenciamentos Ambientais dos empreendimentos ao longo das bacias, mas considera que Moção talvez não seja
248 a melhor forma de promover um avanço no debate e acredita que também não seria via decreto. Propõe que seja promovido um
249 grande diálogo com os 36 Comitês de Bacias e coloca-se à disposição para contribuir na mobilização dos Comitês para que possamos
250 expandir a ideia e a partir do debate aprofundado, verificar qual será a forma de instrumentalização a ser utilizada. O Sr. Valter Vilela –
251 ABES, aponta que no artigo 1º da Moção, esqueceu-se de acrescentar um item que considera fundamental. No artigo consta “*Que o*
252 *Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, aprovado por meio da Deliberação CBH Velhas nº*
253 *02/2015 ...*”, Valter sugere acrescentar após esse trecho, “*e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos*”, pois lembra que o PDRH foi
254 aprovado pelo CERH. Valter sugere que seja retirado o artigo 2º, como sugerido pelo Sr. Geraldo – IGAM, pois considera ser mais
255 correto o envio de uma Moção e permitir que a SEMAD verifique como proceder. Considera inconveniente que o CBH Rio das Velhas
256 envie um Decreto ou Deliberação. O Sr. Eduardo Nascimento – FETAEMG considera a iniciativa de muita importância e sinaliza ser a
257 favor da aprovação da Moção, mas manifesta entendimento sobre algumas questões importantes. Entende que para essa proposição
258 de que o Plano de Recursos Hídricos seja utilizado como Instrumento de análise de licenciamento ambiental, acredita que seja
259 necessário transforma-la em uma DN a ser aprovada pela CNR - Câmara Normativa Recursal do COPAM. Acredita também que poderia
260 ser via decreto do Governador do Estado, mas solicita apoio do jurídico para verificação das sugestões. Em relação ao conteúdo da

ATA DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2016

261 Moção, considera que a iniciativa vai abrir uma discussão, mas é necessário ter clareza. Para ele, o mérito é abrir a discussão para
262 questionar o motivo pelo qual o Licenciamento Ambiental não traz no seu bojo a questão hídrica. Acredita que ao citar na Moção “que
263 o Plano Diretor seja utilizado como instrumento de análise”, em momento algum significará restrição ou impedimento. Considera que
264 houve separação do COPAM e CERH e essa cisão foi rigorosamente decisiva em relação ao que a Lei prevê como impeditivo. Sinaliza
265 ser necessário decidir qual o caminho seguir, se será por meio de Deliberação Normativa ou Decreto. Polignano considera que a
266 Moção está cumprindo seu papel e solicita ao Sr. Geraldo – IGAM que leve a discussão ao IGAM. Reforça que o que está constando no
267 texto da Moção consta na Lei nº 9.433 e também no decreto que o próprio Governador emitiu, então considera que não se justifica a
268 não execução. Aponta que estamos vivendo em situação de conflito, pois as regras não estão claras. Considera ser importante que se
269 faça essa ação com força de Lei e que não adianta “brincar de Comitê”, pois não faz sentido ter um PDRH que não é consultado e
270 utilizado e aponta que caso não haja diálogo sobre a questão, ficaremos em um impasse e perderemos oportunidades no âmbito
271 ambiental. Agradece aos conselheiros que apresentaram a Moção ao CERH e informa que caso aprovada será necessário encaminhá-la
272 ao CERH para que se posicione. Informa que levará a Moção ao Fórum Mineiro de Comitês e solicita ao Sr. Geraldo – IGAM, que
273 estabeleça junto à Sra. Maria de Fátima Chagas um caminho a ser seguido sobre a questão. Polignano propõe algumas alterações na
274 Moção de acordo com as sugestões dos conselheiros, o que inclui a alteração sugerida pelo Sr. Valter Vilela ao acrescentar no artigo 1º
275 a frase, “apresentado no CERH”, após “aprovado por meio de Deliberação CBH Rio das Velhas nº 02/2015”. Polignano reforça que a
276 luta do Comitê é para que o PDRH seja reconhecido como instrumento de análise nos processos de licenciamento ambiental. Propõe
277 manter o artigo 2º na Moção, mas da seguinte maneira: “Que a forma de Instrumentalização do PDRH seja regulamentada, de modo a
278 integrar...”. Sugere, portanto, a retirada da palavra “decreto”. Em seguida, Polignano coloca a Moção em aprovação, sendo aprovada
279 por unanimidade com as alterações sugeridas. O Sr. Tarcísio de Paula expõe que as considerações foram excelentes e aproveita para
280 sugerir aos Subcomitês que pressionem os municípios para que consultem os Planos de Recursos Hídricos. **Planos Municipais de**
281 **Saneamento Básico – discussões e encaminhamentos da CTPC: Matheus Valle:** O Sr. Renato Constâncio informa que esse item de
282 pauta será apresentado na próxima reunião, pois o Sr. Matheus Valle que iria apresentar não pode comparecer. **Momento dos**
283 **Subcomitês: Subcomitê Ribeirão Arrudas e Subcomitê Ribeirão Onça:** Anteriormente à exposição dos Subcomitês, o Sr. Marcos
284 Vinícius, do município de Araçá, solicita formalmente através de ofício, a criação do Subcomitê Tabocas e Onça. Informa que o ofício
285 será protocolado no CBH Rio das Velhas na próxima semana, sinaliza que estão mobilizados e solicita a formalização da criação do
286 Subcomitê. Em seguida, a Sra. Cecília Andrade, coordenadora do Subcomitê Ribeirão Arrudas, inicia a apresentação sobre o Subcomitê
287 Ribeirão Arrudas. Explica que o Subcomitê surgiu a partir dos Núcleos Manuelzão, pois em 2003, foi decidido que os Núcleos se
288 transformariam em Subcomitês. Informa que o Subcomitê Ribeirão Arrudas surgiu em 2003, como também o Subcomitê Ribeirão Onça
289 e Águas da Moeda, mas só foi instituído em 2006. Explica que o Subcomitê compreende os municípios de Contagem, Belo Horizonte e
290 Sabará. Informa que o Ribeirão Arrudas é formado a partir do encontro do Córrego Barreiro e Córrego Jatobá, na região do Barreiro. A
291 nascente se localiza no Parque das Águas, onde nasce o córrego Barreiro de Cima, local onde houve em 2015 problemas relacionados
292 à escassez hídrica. Informa que no local está a primeira Estação da Copasa. Informa que o Córrego Ferrugem é o maior contribuinte do
293 Ribeirão Arrudas em sua margem esquerda e que para esse córrego estão previstas obras de sete bacias de contenção e no córrego
294 Riacho das Pedras mais três bacias, totalizando 10 bacias de contenção, devido aos problemas de enchentes que acontecem na região
295 do Boulevard Arrudas. Apresenta o córrego do Bonsucesso que possui abundância hídrica, mas a água é poluída. Em relação ao
296 Córrego Cercadinho, informa que este possui peixes e encontra-se em leito natural. Apresenta a corredeira do Ribeirão Arrudas,
297 existente após a ETE Arrudas. Explica que antes da foz, a situação do ribeirão Arrudas é crítica e lembra que solicitou ao Sr. Rômulo
298 Perillo - Copasa, que a empresa dê atenção ao local, pois há muito esgoto. Cecília explica que a foz é o ponto em que o Ribeirão
299 Arrudas encontra o Rio das Velhas e há muito esgoto nesse ponto. Cecília aproveita para expor que várias moradias estão sendo
300 construídas nas margens do Rio das Velhas, em Sabará. Em seguida, passa a palavra ao Sr. Carlos Vieira – IEF que faz a apresentação do
301 Subcomitê Ribeirão Arrudas. O Sr. Carlos informa que foi nomeado gerente do Parque da Baleia e que foi apresentado ao IEF por meio
302 da Prefeitura de Belo Horizonte, um Projeto de parcelamento do solo da Fazenda da Baleia, que foi doada pelo Estado para a
303 Fundação Benjamim Guimarães – Hospital da Baleia. Informa que a Fazenda da Baleia foi decretada como Jardim Botânico em Belo
304 Horizonte, portanto é uma área protegida, porém o processo de licenciamento ambiental para parcelamento do solo, poderia causar
305 danos irreparáveis à bacia do Navio Baleia, mas que ao mesmo tempo não há como negar o empreendimento, por ter uma função
306 social para a continuidade do funcionamento do hospital. Informa que uma mineradora apresentou um estudo, no qual afirma que a
307 infiltração da água se dá para o lado de Nova Lima, portanto não podem permitir a intervenção. Informa que como está claro o tipo de
308 intervenção que está proposto ao projeto e pelo fato de que a Lei de parcelamento do solo veda intervenções em áreas de proteção
309 ecológica, não foi dada a anuência ao projeto, o que gerou algumas determinações pelo Ministério Público, que para a implantação do
310 jardim botânico essa área fosse repassada ao Estado para a regularização fundiária do Parque da Baleia que até o momento não foi
311 realizado, o que é um entrave. O fato é que, de acordo com Carlos, a proposta do projeto não atende às questões de conservação e
312 proteção da bacia do Navio Baleia e que estão apresentando uma proposta a ser negociada e solicita o apoio do CBH Rio das Velhas,
313 por meio do Subcomitê Ribeirão Arrudas, para que possam ser elaboradas diretrizes para uso e ocupação dessa bacia, uma vez que
314 impacta a bacia do Ribeirão Arrudas e consequentemente do Rio das Velhas. Polignano solicita ao Carlos que encaminhe um
315 documento para o CBH Rio das Velhas apontando essas preocupações para que o Comitê possa questionar e encaminhar a discussão
316 aos órgãos competentes e se posicionar diante do problema. Subcomitê Ribeirão Onça: O Sr. Márcio Lima – coordenador geral
317 apresenta as características da bacia do Ribeirão Onça e sua localização, que compreende parte do município de Contagem e toda a
318 região Norte e Nordeste de Belo Horizonte e que possui grande extensão e ocupação intensiva. Explica que o Subcomitê foi criado em
319 2006, mas discussões em torno da bacia já haviam se iniciado há mais tempo. Informa sobre o Projeto de Valorização de Cuidadores
320 de Nascentes Urbanas do Subcomitê, financiado com recursos da cobrança, que nasceu em 2011 e em 2016 ocorrerá efetivamente o
321 Plano de Ação. Expõe propostas de adequações realizadas pelo Subcomitê em relação ao Projeto, como necessidade de drenagem da
322 água da nascente até o córrego Tamboril; nas obras previstas para a melhoria de acesso a área não deve ser impermeabilizada e a
323 troca da construção de fossa séptica por projeto para a interceptação do esgoto da casa, entre outros. Comenta sobre a nascente
324 localizada no Parque do Brejinho, pois foi uma grande luta para reconhecimento como área de nascente. O Subcomitê foi ao local para
325 verificar a possibilidade de cuidar da nascente, mas a Prefeitura havia implantado na área um “colchão de pedra”, portanto foi

ATA DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2016

326 sugerido que a intervenção seja transferida para outra nascente próxima. Comenta sobre a nascente da Dona Júlia, contribuinte do
327 Ribeirão Onça e informa que ocorreu na área um grande evento mobilizador no Dia Mundial da Água em 2016. Em relação ao Plano de
328 Ação referente à nascente da Dona Júlia, algumas intervenções que estavam previstas foram retiradas, pois iriam trazer mais
329 problemas do que soluções, mas foi realizado na área o cercamento e o plantio de mudas. Comenta sobre a importância do processo
330 de mobilização referente à mata do Planalto e a criação do Parque do Onça, em área que possui grande potencial ecológico, mas que
331 no momento está jogado ao esgoto, por mais esforço que a Copasa esteja realizando e que ainda é um grande desafio. Comenta sobre
332 os eventos que são realizados pelo Subcomitê, o que inclui a realização do 8º Encontro “Deixem o Onça Beber Água Limpa”, que
333 ocorreu no dia 11 de junho de 2016. Informa que houve o cadastro de nascentes da região da bacia da Pampulha e que o grande
334 objetivo do Subcomitê no momento é a realização do cadastro das nascentes da Bacia do Izidoro e da Bacia do Onça, para garantir que
335 a ocupação seja melhorada na região. Polignano expõe que o envolvimento dos Subcomitês é importante, pois há o
336 comprometimento técnico e pessoal. Cecília Rute sugere trazer para a próxima reunião a discussão da construção de 4.000 moradias
337 na bacia da Pampulha. **O CAR como Instrumento de Gestão Ambiental - Perspectivas; Assuntos Gerais;** Polignano agradece a
338 presença do Sr. Leonardo Vieira – gestor ambiental da SEMAD e diz sobre a importância da discussão do CAR, pois o Cadastro pode vir
339 a se transformar em um instrumento importante para a questão ambiental da bacia. O Sr. Leonardo contextualiza a legislação do CAR,
340 instrumento criado em 2012, mas que começou a ser operacionalizado em 2014. Apresenta a situação atual do CAR em Minas Gerais,
341 no qual constam 99% de áreas cadastradas. Em relação à bacia do Rio das Velhas, há 33 mil imóveis rurais cadastrados. Apresenta o
342 mapa da bacia do Rio das Velhas referente à vegetação nativa e o mapa relacionado ao cadastramento das áreas de Reserva Legal de
343 253.928 hectares. Em seguida, apresenta um mapa que contextualiza os dados que o CAR fornece de informação, portanto, traz
344 elementos quantificáveis importantes para a gestão ambiental. Em relação às perspectivas da utilização do banco de dados do CAR,
345 Leonardo informa que há dispositivos legais como APP, Área Rural Consolidada, Reserva Legal e suspensão/conversão de Autos de
346 Infração. Na sequência, apresenta o fluxograma de funcionamento CAR, no qual a 1ª parte se refere à inscrição do imóvel rural e
347 posteriormente a análise dos dados cadastrados e uma vez identificados passivos ambientais, o produtor poderá fazer o PRA
348 (Programa de Regularização Ambiental) e promover a regularização ambiental de acordo com a Legislação. Informa que esta etapa
349 ainda é uma perspectiva, pois não está funcionando sistematicamente em Minas Gerais. O Governo Federal que é detentor desse
350 Instrumento, já desenvolveu o módulo informatizado para realizar a análise dos cadastros, portanto estão aguardando o sistema de
351 análise. Informa que o sistema se refere inclusive à discussão de como os Planos de Bacia podem ser utilizados nos processos de
352 licenciamento e de outorga e sugere que seja acrescentado à Moção discutida anteriormente, que o CAR seja instrumento para tal.
353 Explica que a análise dos cadastros está sendo realizada dentro de uma infraestrutura de dados espaciais, que ao manipulá-las,
354 conseguiremos ter um melhor direcionamento e melhor precisão referente às compensações e áreas a serem recuperadas e por sua
355 vez irá trazer dados importantes, como camadas de Unidades de Conservação, Geologia, Planos de Bacias Hidrográficas e outros. O Sr.
356 Nelson Cunha - Copasa sinaliza que temos importante aderência ao CAR na bacia, mas que há algumas áreas em que ainda não há o
357 cadastro de acordo com o que foi apresentado e sugere que os Subcomitês referentes às essas áreas não cadastradas, façam
358 Campanhas para que o produtor rural possa aderir ao CAR, aumentando assim, o percentual de cadastramento. Polignano agradece
359 pela apresentação e concorda em relação à sugestão do Leonardo em acrescentar à Moção a utilização do CAR como instrumento a
360 ser utilizado nos processos de licenciamento, portanto é uma ferramenta importante para a gestão ambiental. Sugere ao Leonardo
361 que em outro momento, quando houver um panorama do que é necessário recuperar e revegetar, seria interessante discutir com os
362 Comitês e tornar essa ação um Programa via CBH Rio das Velhas - AGB Peixe Vivo e conseqüentemente ajudar a viabilizar algumas
363 recuperações estratégicas em áreas mais críticas. Solicita ao Ênio - Emater que acompanhe esse processo, com o objetivo de
364 pensarmos em planos de recuperação. O Sr. Eduardo Nascimento – FETAEMG, constata que são cerca de 33 mil imóveis cadastrados
365 na Bacia do Rio das Velhas com determinada vegetação nativa já declarada, significando que essa vegetação nativa está em
366 propriedades rurais. Comenta sobre a dificuldade da Equipe do SISEMA por ser reduzida e pelo fato do CAR ser um programa
367 prioritário da Entidade, mas agora ficará na dependência do Ministério do Meio Ambiente para que o próximo passo seja dado.
368 Considera que levando em conta de que em Minas Gerais já chegamos a 99% de cadastramento rural de imóveis, podemos dar alguns
369 passos, o que inclui convencer a direção do SISEMA sobre a importância dessa questão. Considera que o CAR gira em torno
370 exclusivamente do eixo ambiental, mas opina sobre a necessidade de uma discussão que leve em conta a hegemonia da mineração em
371 Minas Gerais e acredita que essa discussão já deveria ter se exaurido e, para que haja avanço, é necessário que a partir do CAR
372 também se tenha a discussão do potencial produtivo, com respeito ambiental, pois será necessária uma política e uma extensão rural
373 de apoio à agricultura. Acredita que será necessário que a discussão seja iniciada pela Sociedade, pois o SISEMA não está preparado
374 para tal e que a discussão de sustentabilidade não leve em conta somente o eixo ambiental, mas também a questão econômica.
375 Aponta a necessidade de compreensão de que as informações referentes ao CAR são atuais, mas que o desdobramento dessas
376 informações dependerá de nossas ações e propõe que seja iniciada junto aos subcomitês uma discussão para que possamos avançar,
377 pois considera que o CAR envolverá o banco de dados, mas também a morosidade do Ministério do Meio Ambiente. Polignano
378 informa que irá encaminhar a sugestão do Eduardo. **Encerramento:** Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Sr. Marcus Vinícius
379 Polignano encerra a reunião, da qual se lavrou a presente ata.

380
381 
382 **Marcus Vinícius Polignano**
383 Presidente do CBH Rio das Velhas
384
385
386
387
388

ATA DE REUNIÃO APROVADA EM: 29 DE AGOSTO DE 2016